

8. 1ª Alteração ao Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento - Início do procedimento.

Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de aprovação da abertura do início de procedimento da Primeira Alteração ao Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento, nos termos do disposto no artigo 98º do Código do Procedimento Administrativo e tudo de acordo com os documentos constantes do processo.

PROPOSTA PARA REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

N.º Informação: 91765

Data: 18/09/2024

Deliberações	
Deliberação da Câmara Municipal	Deliberação da Assembleia Municipal:

Despachos	
O(a) Vereador(a)	O Presidente, à reunião de Câmara,
Despacho do(a) Sr(a). Vereador(a), com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 18 de outubro de 2021,	O(a) Vice-Presidente, à reunião de Câmara, (Na qualidade dos termos do nº3 do artigo 57 da Lei nº169/99 de 18 de setembro)

O(a) Diretor de Departamento	O(a) Diretor(a) Municipal
-------------------------------------	----------------------------------

O(a) Chefe Unidade	O(a) Chefe Divisão
---------------------------	---------------------------

Assunto: 1ª Alteração ao Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento – início do procedimento

I. Proposta

Pela Divisão de Controlo da Receita foi identificada a necessidade de se proceder à revisão do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento, atentas as dúvidas e dificuldades que se têm vindo a verificar na implementação dos apoios ali regulados.

Ademais, em articulação com a InvestBraga, concluiu-se que investir na criação de postos de trabalho qualificados é uma estratégia vital para o progresso do Município, pelo que se pretende valorizar as empresas que criem e fixem trabalhadores qualificados, motivo que norteará a intenção de se atualizar os critérios de apreciação dos pedidos, no sentido de majorar os investimentos que acolham estes trabalhadores. Esta pretensão de alteração desempenha um papel fundamental na promoção do trabalho qualificado, contribuindo para um maior progresso na inovação, produtividade e competitividade e com reflexos diretos na promoção do desenvolvimento local. Nestes termos,

CONSIDERANDO QUE:

1. O Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento (Regulamento n.º 789/2016), publicado em Diário da República n.º 152/2016, Série II de 2016-08-09, entrou em vigor no dia 10 de agosto de 2016, *i.e.*, em momento anterior à entrada em vigor do Código Regulamentar do Município de Braga-CRMB (12 de dezembro de 2016), fazendo alusão ao então Regulamento Municipal de Taxas e Licenças Urbanísticas, entretanto revogado pelo CRMB, urgindo proceder a esta retificação do texto regulamentar;
2. O Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento do Município de Braga é omissivo quanto ao seu âmbito de aplicação no que concerne designadamente, à Taxa Municipal de Urbanização (TMU), obrigando a submissão para apreciação de cada pedido formulado nesta matéria ao órgão competente;
3. Da prática de aplicação deste Regulamento, têm sido encontrados alguns constrangimentos quanto à sua operacionalização, não estando devidamente definidos procedimentos, prazos e condições específicas para os beneficiários solicitarem os benefícios que lhes foram atribuídos, como seja o caso do IMT, onde se pretende deixar vertido no corpo regulamentar que a isenção parcial ou total só poderá operar assim que assinado o contrato de investimento;

Torna-se necessário proceder à 1.ª revisão do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento, visando-se suprir as lacunas descritas, bem como dotar o regulamento de normas ainda mais ambiciosas na captação

